

Notas Explicativas

Notas Explicativas Referente às Demonstrações Contábeis
em 31 de Dezembro de 2021

Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

1. Contexto Operacional

1.1 Denominação, Natureza, Sede e Duração e Objeto da Empresa

O Instituto Agronômico de Pernambuco é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei nº 6.956, de 24 de outubro de 1975 e da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e se regerá pelo presente Estatuto e, subsidiariamente, pelas normas de direito público e privado aplicáveis.

O Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA tem prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na Avenida General San Martin, nº 1371, Bairro: San Martin.

O IPA é o responsável pela pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura hídrica, no estado de Pernambuco. Gera e adapta a tecnologia agrícola, de forma a prestar assistência técnica e extensão rural prioritariamente aos agricultores de base familiar, realizar obras de infraestrutura hídrica e disponibilizar bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, buscando a elevação das condições de vida da sociedade pernambucana mediante o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais do estado, procurando garantir a continuidade na renovação dos recursos renováveis e buscando assegurar a perenidade do fundo de fertilidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Desempenha as suas ações através de 12 (doze) Estações Experimentais, 12 (doze) Gerências Regionais, 2 (dois) Centros de Produção e Comercialização, 2 (dois) Centros de Treinamento Profissional e a sede. Seu acionista é o Governo do Estado de Pernambuco que detém a totalidade de suas ações.

1.2 Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para a emissão pela administração do IPA em 25 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

1.3 Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA são elaboradas com base no pressuposto de que o IPA está operando e continuará a operar em futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2021, apesar do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA apresentava em seus registros contábeis, uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 1.073.724. Assim, mesmo com a liquidez geral negativa, para liquidar as obrigações assumidas contratualmente e para continuidade normal das operações, o IPA dependerá de resultados futuros e/ou do aporte de recursos em montante suficiente para quitação dessas obrigações. O histórico apresentado nos últimos exercícios, demonstra que as despesas com pessoal e encargos representam mais do que 56% (cinquenta e seis por cento) das transferências financeiras recebidas do Governo do Estado. Diante desses fatos, para suportar uma provável perda com o processo trabalhista destacado na Nota Explicativa 15 "a", o Instituto dependerá exclusivamente do aporte de recursos por parte do Governo do Estado. A administração do IPA, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de que o Governo do Estado de Pernambuco terá responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.



2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. O Instituto adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2021.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, por ser esta a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais, foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Apuração dos Elementos Patrimoniais e de Resultado: Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são apurados de acordo com o regime de competência, atendendo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.4 Classificações de Curto e Longo Prazo: Os elementos das demonstrações que serão realizáveis (exigíveis) no prazo de 1(um) ano são demonstrados como circulantes, e os que possuem o prazo de realização (exigência) superior a 1 (um) ano estão representados no não circulante.

2.5 Sistema Contábil Utilizado: O sistema contábil utilizado é o eFisco (Sistema Cooperativo utilizado pela administração do Estado de Pernambuco), tendo em vista que o Instituto é dependente do tesouro estadual. O eFisco atende à contabilidade pública (conforme Lei nº 4.320/64), sendo assim, para atender a Contabilidade Societária (Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores), foram elaborados fora do eFisco, através de planilhas, demonstrativos conforme a norma societária: O Balanço Patrimonial, A Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A elaboração destes demonstrativos se deu através das contas contidas no eFisco ajustadas conforme as normas societárias.

2.6. Uso de Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Divergências com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.7 Tributação: Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

2.8 Imposto de Renda e Contribuição Social: O IPA em função das suas atividades operacionais, apura o imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, considerando o lucro real anual.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa/bancos e aplicação de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos de caixa, bancos e conta poupança, representados pelo custo acrescido dos rendimentos vinculados às aplicações. As aplicações financeiras são classificadas no curto prazo e registradas pelo seu valor justo. A receita gerada pelos rendimentos das aplicações é reconhecida como receita financeira.

2.10 Contas a Receber: Os valores a receber de clientes estão mensurados pelo valor realizável, e são oriundos das vendas e prestação de serviços rotineiras da empresa.

2.11 Estoques: O estoque é mensurado pelo valor de custo, seguindo o disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 16 R1 - Estoques), que determina como base de mensuração do estoque: o valor de custo ou valor realizável líquido,



dos dois o menor.

2.12 Impostos e Contribuições a Recuperar: Ha diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRPJ e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente.

2.13 Imobilizado: Os itens do imobilizado estão mensurados pelo seu valor de custo deduzido da depreciação do imobilizado. Instituto optou por não utilizar o valor residual para os imobilizados, de forma que ao final de sua vida útil, o valor contábil líquido dos bens registrados é zero. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas: a) edificações 4% a.a.; b) aparelhos, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10% a.a.; e c) veículos 20% a.a.

2.14 Fornecedores: A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da contratação de serviços e compra de outros materiais. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

2.15 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias englobam salários e ordenados e seus encargos, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridos e os recolhimentos decorrentes de obrigações patronais e empregatícias referentes à folha de pagamento, bem como as retenções na fonte relativas a prestadores de serviço (Pessoa Jurídica), as provisões de férias e seus respectivos encargos.

2.16 Provisões: São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso a prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em prazo superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

2.16.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Caso a prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em prazo superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

3. Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	340	960
Bancos	3.523.479	1.842.283
Poupança	4.030.557	21.937
Aplicações Financeiras	639.637,31	9.818.545
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	8.194.013	11.683.725





Em 31/12/2021 o saldo contábil de Caixa e Equivalentes de Caixa era de R\$ 8.194.013, esse saldo foi conciliado e apresentou uma diferença de R\$ 3.153.796, pendente de contabilização. A maior parte desta diferença consiste na Despesa de Devolução de Recursos de Convênio que devido a falta de previsão orçamentária não foi contabilizada no exercício corrente.

Se contabilizado todo movimento pendente a crédito e débito o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa passaria a ser de R\$5.040.217, conforme extratos bancários.

4. Contas a receber de clientes

Contas a Receber de Clientes	2021	2020
Faturas/Duplicatas a Receber – Produtos	682.241	633.779
Faturas/Duplicatas a Receber - Prestação de Serviços	195.515	467.782
Outros Recebíveis de Clientes	72.384	80.204
Total Contas a Receber de Clientes	950.140	1.181.765

As faturas e duplicatas a receber derivados das receitas são controlados por setor interno do IPA, que acompanham os recebimentos, e realiza as cobranças, quando os mesmos não são realizados.

Os outros recebíveis, se referem à cheques recebidos cheques para compensação futura e cheques que foram devolvidos, que se encontra em processo de cobrança.

5. Estoques

Estoques	2021	2020
Mercadorias para doação	4.296.850	5.228.358
Produtos para Pesquisa/Ensino	1.021.551	1.005.963
Almoxarifado - Material de Consumo	183.739	1.341.842
Produtos para Venda ou Revenda	21.486	32.819
Total Estoques	5.523.626	7.608.982

O estoque é composto por: Sementes (Mercadorias para Doação), Semoventes (Produtos para Pesquisa/Ensino e Venda), Material de Consumo (Almoxarifado) e Mudanças de Plantas (Produtos para Venda ou Revenda).

O saldo na conta do estoque teve uma redução de aproximadamente 2,1 milhões em 2021, decorrente principalmente da redução de sementes registradas na conta de mercadorias para doação e consumo dos materiais estocados em 2020 e consumidos em 2021.

O estoque é mensurado pelo valor de custo, seguindo o disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 16 R1 - Estoques), que determina como base de mensuração do estoque: o valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.



6. Pagamentos Antecipados

Adiantamentos a Funcionários	2021	2020
Adiantamento de Salário (Empréstimo de Férias)	1.121.754	1.159.810
Adiantamento de Férias	252.613	243.660
Adiantamento de 13º Salário	11.115	8.520
Total Adiantamentos	1.385.482	1.411.990

O valor representado do Empréstimo de Férias, se referem aos valores emprestados aos funcionários no mês de gozo das férias e descontado em 10 parcelas nos meses seguintes, conforme acordo coletivo seguido pelo Instituto. O saldo apresentado, são parcelas que ainda não venceram ou que não foram descontadas nos seus meses de competência.

7. Outros Recebíveis

Outros Recebíveis	2021	2020
Créditos Intra Orçamentários a Receber de RP	7.209.698	8.259.524
Suprimento de Fundos/ Repasse Institucional	58.800	162.695
Total Outros Recebíveis	7.268.498	8.422.219

Os valores registrados em Créditos Intra Orçamentários a Receber de RP, são provenientes de provisões de recursos a receber da SEFAZ/PE para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar na fonte de recursos do tesouro estadual.

8. Ativo fiscal corrente

Ativo Fiscal Corrente	2021	2020
IRRF a Compensar	4.675	2.931
IRPJ e CSLL a Recuperar/Compensar	105.192	105.192
COFINS a Recuperar/Compensar	54.392	60.492
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	11.785	13.255
INSS a Compensar	-	-
COFINS – Crédito Presumido	1.109.632	957.434
PIS – Crédito Presumido	241.061	208.191
ISS a compensar	124	-
Total Ativo Fiscal Corrente	1.526.861	1.347.495

Os créditos fiscais apresentados, em sua maior parte, são créditos apurados nas apurações de PIS e COFINS no regime não-cumulativo e impostos retidos na fonte de serviços prestados, ainda não compensados.



9. Outros Ativos Circulantes

Outros Ativos Circulantes	2021	2020
Outras Despesas Correntes	-	6.844
Depósitos de Cauções	6.687	6.687
Prêmios de Seguros a Apropriar	90.050	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	11.984	-
Total Outros Ativos Circulantes	108.721	13.531

10. Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2021	2020
Depósitos para Recursos	56.820	55.433
Depósitos Judiciais	536.855	511.719
Total Depósitos Judiciais	593.675	567.152

Os montantes registrados em Depósitos Judiciais se referem aos processos registrados junto à Justiça do Trabalho.

11. Imobilizado

Imobilizado	2021	2020
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	29.008.767	28.892.329
Bens de Informática	9.126.040	9.034.950
Móveis e Utensílios	3.163.931	3.152.752
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	1.337.441	1.337.441
Veículos	36.837.756	35.489.626
Outros Bens Móveis	660	660
Edificações em Geral	27.510.154	27.510.154
Terrenos sem Edificações	3.454.558	3.454.558
Bens Imóveis - Obras em Andamento	4.563.038	4.563.038
Bens Imóveis - Obras em Andamento a Classificar	85.309	85.309
Instalações	2.219.555	2.219.555
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(71.473.215)	(69.160.089)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(12.597.082)	(11.781.242)
Total Imobilizado	33.236.912	34.799.040



Movimentação do Imobilizado

Descrição	2021							2020
	Taxa	Custo	Aquisição do	Baixa/ Transferência	Depreciação	Depreciação	Valor	BALANCETE
	Anual de Depreciação							Historico
Terrenos sem edificações	-	3.454.558	-	-	-	-	3.454.558	3.454.558
Edificações em geral	4%	27.510.154	-	-	(815.839)	(10.377.527)	17.132.627	17.948.466
Máq. apar. equip. e ferram.	10%	28.892.329	119.210	2.772	(1.006.118)	(25.145.544)	3.863.223	4.752.903
Bens de informática	20%	9.034.950	91.090	-	(251.545)	(8.393.204)	732.836	893.290
Móveis e utensílios	10%	3.152.752	11.179	-	(247.242)	(2.421.888)	742.043	978.105
Mat. cult. educac. e comum.	10%	1.337.441	-	-	(5.822)	(1.336.150)	1.291	7.113
Veículos	20%	35.489.626	1.396.000	47.870	(802.361)	(34.175.768)	2.661.987	2.116.218
Outros bens móveis	20%	660	-	-	(39)	(660)	-	39
Instalações	10%	2.219.555	-	-	-	(2.219.555)	-	-
Obras em andamento	-	4.563.038	-	-	-	-	4.563.038	4.563.038
Obras em andam. a classif.	-	85.309	-	-	-	-	85.309	85.309
		115.740.371	1.617.479,00	50.641,74	(3.128.965)	(84.070.297)	33.236.912	34.799.039

Atendendo ao disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 27 - Imobilizado) que dispõe que o imobilizado deve ser mensurado pelo método de custo ou método da reavaliação (valor justo), o IPA procedeu com a contratação de empresa de engenharia no ano de 2014 para avaliar os Terrenos, Edificações e Instalações. Os Laudos foram entregues em 2015, contendo valores reavaliados dos bens Imóveis do Instituto. Em 2017 foi feita uma nova reavaliação da sede do Instituto. Os resultados das avaliações de 2014 e 2017 encontram-se nos quadros abaixo:

Terrenos:		
Descrição do Imóvel	Custo Histórico	Valor Atualizado
Araripina	70.835,93	2.119.182,22
Arcoverde	195.997,16	13.127.855,09
Belém de São Francisco	67.038,30	618.258,26
Caruaru	60.198,62	3.855.270,61
Itambé	189.902,82	2.085.255,14
Petrolina	27.134,55	2.174.092,12
Recife – Sede	2.335.092,96	52.513.040,94
São Bento do Uma	124.424,07	3.276.980,02
Serra Talhada	240.550,36	17.366.797,38
Vertentes	-	378.602,67
Vitória	143.383,27	2.246.225,01
TOTAL	3.454.558,04	99.761.559,46





Edificações e Instalações:			
Descrição do Imóvel:	Custo Histórico: Instalações	Custo Histórico: Edificações	Valor Atualizado:
Araripina	174.114,93	438.813,28	2.095.028,06
Arcoverde	259.169,53	779.956,21	2.813.102,96
Belém de São Francisco	98.125,67	167.414,21	907.181,62
Caruaru	120.167,23	485.530,48	1.946.586,81
Itambé	39.286,55	463.736,22	2.216.517,62
Petrolina	127.692,00	590.303,16	1.829.176,64
Recife – Sede	-	22.527.772,72	31.486.959,06
São Bento do Uma	402.875,35	317.645,40	3.829.894,23
Serra Talhada	859.376,53	1.260.206,95	3.610.714,05
Vertentes	99.566,43	68.688,04	770.479,75
Vitória	39.181,00	410.087,05	1.277.348,66
TOTAL	2.219.555,22	27.510.153,72	52.782.989,46

Considerando o Decreto Estadual nº 41.747, de 21 de maio de 2015, que obriga as empresas públicas e sociedades de economia mista adotarem as orientações técnicas emitidas pelo GTCon Estatais. Seguindo a Orientação Técnica 01 (GTCon Estatais), no que se refere a contabilização do valor justo dos ativos, menciona que o período de Utilização do Custo Atribuído para ajustar os valores subestimados dos ativos é o exercício a se encerrar em 31/12/2010, os valores justos dos ativos deveriam refletir a posição em 31/12/2009 e 01/01/2009. Devido à impraticabilidade de elaborar avaliações dos ativos que "retroagissem" às datas bases comparativas, foi permitido, exclusivamente na adoção inicial, a utilização do valor justo calculado em 31/12/2010 como base para os períodos correspondentes aos exercícios anteriores. (Fundamentação técnica - ICPC 10). Portanto, não é possível adotar o custo atribuído em período posterior a 31/12/2010.

Desta forma, as empresas devem utilizar o pressuposto de retificação de erro, disciplinado pelo CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para ajustar os valores subestimados dos ativos. Porém, considerando a impraticabilidade da elaboração de laudo de avaliação que reproduzam o valor justo dos ativos em 31/12/2010, entende-se que a aplicação do pressuposto de retificação de erro torna-se inviável, e portanto a divulgação dos valores justos referentes aos ativos registrados subestimados devem ser divulgados em suas demonstrações financeiras (notas explicativas), o valor justo dos ativos, quando esses forem materialmente diferentes do valor contábil apurado pelo método de custo.

12. Outros Ativos Não Circulantes

O montante registrado nesta conta se refere a saldos registrados em 2007 referente a transição do sistema (Siafem) para o (eFisco), e outras reclassificações para melhor adequação. Apesar dos estudos realizados para descobrir a origem do saldo, ainda não se conseguiu regularizar totalmente o saldo

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	2021	2020
Fornecedores	5.331.987	10.988.698



Os valores correspondem em sua maioria as despesas de competência de Dezembro de 2021 que ficaram para pagamento no exercício seguinte.

<u>Outras Contas a Pagar</u>	2021	2020
Depósitos de Terceiros	33.973	37.452
Contribuições de Programas de Governo	747.000	380.000
Diárias a pagar	-	2.368
Transferências Voluntárias	1.117.800	-
Total Outras Contas a Pagar	1.898.773	419.820

O valor registrado em contribuições de Programas de Governo se refere a contribuições a pagar em instituições privadas, decorrente das operações de programas que o Instituto desempenha através dos convênios celebrados para custear estes programas.

As transferências voluntárias se referem aos valores de transferências a serem pagas a prefeituras municipais, decorrente dos programas que o Instituto participa, com recursos do tesouro estadual, através de convênios de despesas.

14. Obrigações com Pessoal e Encargos

14.1 Obrigações com Pessoal

	2021	2020
Obrigações de Pessoal a Pagar	106.735	3.064.738
Consignações Retidas Sobre a Folha de Pagamento	1.044.595	1.009.240
Pensão Alimentícia Retida Sobre a Folha de Pagamento	20.391	48.255
Vencimentos, Salários e Pensões Não Reclamados/Bloqueados	3.631	3.631
PECONSIG a Classificar/Distribuir	130.960	110.981
Total Obrigações com Pessoal	1.306.312	4.236.845

As contas de obrigações com pessoal englobam salários e ordenados, consignações sobre folha e pensão alimentícia, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridas.

14.2 Obrigações Sociais e Encargos

	2021	2020
FGTS a Pagar	473.920	443.735
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remunerações	906.090	980.942
INSS Retido Servidores Sobre Folha de Pagamento	277.031	256.651
INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PF	2.247	6.878
INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PJ	180.102	128.602
Total Obrigações Sociais e Encargos	1.839.390	1.816.808

As obrigações sociais e encargos, englobam FGTS e INSS sobre folha, como as retenções de INSS sobre prestações de serviços de PJ e PF, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridos.

14.3 Provisões Trabalhistas

	2021	2020
Provisões Trabalhistas	4.989.834	5.000.324

As provisões trabalhistas estão compostas das provisões de férias, 13º salário e encargos, que são calculadas e lançadas com base no relatório fornecido pelo setor de recursos humanos da empresa.

15. Provisões Contingências

Provisão para Contingências	2021	2020
Provisão Para Indenizações Trabalhistas	1.227.219	382.400
Provisão Para Indenizações Cíveis	396.204	1.516.940
Total Provisões para Contingências	1.623.423	1.899.340

A provisão para contingências visa cobrir as estimativas de perdas para com as contingências trabalhistas e cíveis. Para a data base de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPA solicitou de seus advogados contratados e do Núcleo Jurídico (NUJ), uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos advogados contratados e do Núcleo Jurídico (NUJ), a posição das ações trabalhistas e cíveis estava demonstrada da seguinte forma:

a) Ações trabalhistas: O prognóstico de perda provável estava estimado no montante de R\$1.227.220, correspondendo a 16 (dezesesseis) processos; O prognóstico de perda possível estava estimado no montante de R\$227.219, correspondendo a 06 (seis) processos.

Especificamente quanto as ações trabalhistas, destacamos o Processo N° 0000810-56.2017.5.06.0011, ajuizado pelo Sind. Trab. Agricultura e Meio Ambiente – PE, que na data de 31 de dezembro de 2021, os advogados do Instituto estimavam como provável perda o montante de R\$ 35.760.000. Nessa data, a Administração do Instituto entendeu e optou por manter contabilizado o valor do histórico, por ser um valor estimado e, por conseguinte, não tendo a segurança do real valor que será pago ou acordado.

b) Ações cíveis: O prognóstico de perda provável estava estimado no montante de R\$ 396.204, correspondendo a 7 (sete) processos; O prognóstico de perda possível estava estimado no montante de R\$ 292.474, correspondendo a 5 (cinco) processos.

A administração do IPA entende que, diante do relatório dos advogados contratados e revisão do Núcleo Jurídico (NUJ), a provisão para contingência consignada nos registros contábeis em 31 de dezembro de 2021, é suficiente para cobrir a estimativa de perda provável. Já o prognóstico de perda possível que ficou estimado no montante de R\$519.693 será monitorado e avaliado pela administração, de acordo com os resultados dessas ações.



16. Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias	2021	2020
ISS a Recolher	503	1.521
Imposto de Renda Retido Sobre a Folha de Pagamento	255.098	480.000
Imposto de Renda Retido Sobre Serviços Prestados	66.203	36.108
COFINS/PIS/CSLL Retidos de Terceiros	116.055	93.936
Imposto Sobre Serviços Retido de PF E PJ	228.280	122.733
Outras Obrigações com Municípios a Pagar	264	-
Total Obrigações Tributárias	666.403	734.298

Corresponde a impostos e contribuições a pagar sobre o faturamento e retidos sobre serviços de terceiros.

17. Passivo Fiscal Diferido

Tributos Federais Diferidos	2021	2020
Provisão Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.363.722	1.465.152
Total Tributos Federais Diferidos	1.363.722	1.465.152

Correspondem a provisão de IRPJ e CSLL sobre a Reserva de Reavaliação.

18. Outros Passivos Circulantes

Outros Passivos Circulantes	2021	2020
Adiantamentos de Clientes	22.578	48.969
Créditos Bancários a Regularizar	218.482	218.719
Auxílio a Pagar	1.268.000	368.400
Outras Obrigações Contributivas a pagar	-	1
Transferências Voluntárias a Pagar	20.747	103.939
Suprimentos de Fundos / Repasse a pagar	40	6.800
Total Outros Passivos Circulantes	1.529.847	746.828

19. Operações de Convênios

Operações de Convênios	2021	2020
Operações de Convênios – Passivo Não Circulante	6.220.172	5.055.365
Operações de Convênios – Ativo Não Circulante	143.663	139.525

O saldo passivo corresponde às obrigações por convênios, contratos e termos de parcerias. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos apresentados nesta conta são os recursos liberados pelas Concedentes com ou sem contrapartida do Conveniente IPA e/ou Governo do Estado de Pernambuco e estão no aguardo apenas da execução orçamentária e posterior prestação de contas.

O saldo ativo corresponde às obrigações por convênios, contratos e termos de parcerias. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos apresentados nesta conta são as despesas executadas que aguardam a liberação dos recursos pelas Concedentes ou contrapartida do Conveniente IPA através de recurso aportado pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Devido à falta de orçamento para rubrica de devolução de convênio, alguns convênios ainda apresentam saldo a ser executado na contabilidade, mesmo quando já teve sua prestação de contas concluída pela concedente.

De acordo com o Núcleo de Acompanhamento de Convênios – NUV, em 31 de dezembro de 2021 existiam 2 (dois) convênios em execução; 2 (dois) convênios aguardando a prestação de contas, 2 (dois) convênios de prestação de contas concluída e 2 (dois) convênios prestação de contas enviada para análise os quais estão discriminados abaixo:

a) Convênio N° 732208/2010

Convênio celebrado com a concedente a EMBRAPA, objetivando incrementar o programa de melhoramento do IPA focando a conservação e caracterização de germoplasmas visando ao desenvolvimento, caracterização, avaliação, seleção e recomendação de espécies vegetais e animais para diferentes ambientes de Pernambuco. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Julho de 2021; Situação do convênio Prestação de Contas enviada para Análise.

b) Convênio N° 776799/2012

Convênio celebrado com a concedente EMBRAPA, objetivando a modernização da infraestrutura laboratorial do IPA, Herbário Dárdano de Andrade Lima, referência no Brasil para a flora do bioma Caatinga. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Dezembro de 2020; Situação do convênio Prestação de Contas Concluída.

c) Convênio N° 788266/2013

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando disponibilizar ações de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Pesqueira e Aquícola – Etapa para pescadores e aquicultores de base familiar em Municípios dos Territórios Rurais do Estado de Pernambuco. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Março de 2021; Situação do convênio em Prestação de contas enviada para Análise.

d) Convênio N° 797483/2013

Convênio celebrado com a concedente EMBRAPA, objetivando a Modernizar e fortalecer a infraestrutura dos laboratórios do IPA. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Dezembro de 2020; Situação do convênio em Prestação de Contas Concluída.

e) Convênio N° 826132/2015

Convênio celebrado com a concedente CODEVASP, objetivando a recuperação e limpeza de aguadas em comunidades rurais nos Municípios de Belém do São Francisco, Buíque, Carnaubeira, Floresta, Ibimirim, Itacuruba, Jatobá, Petrolina, Santa Maria de Boa Vista, São José do Belmonte, Serra Talhada, Tacaratu e Trindade-PE. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de dezembro de 2021; Situação do convênio Aguardando Prestação de contas.

f) Convênio N° 837136/2016

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando apoiar e promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das unidades produtivas dos médios produtores rurais do Estado de Pernambuco identificados através de pesquisa elaborada para o PROATER, com a prestação de um serviço de ATER qualificado e a capacitação desses produtores para terem acesso à novas tecnologias, adequando ambientalmente suas unidades produtivas e buscando o aumento da produção e da produtividade e a geração de empregos e de renda, com a inserção de gênero e geração. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de dezembro de 2021; Situação do convênio em Execução.



g) Convênio Nº 0605/2016

Convênio celebrado com a concedente FINEP, objetivando o Centro de Laboratórios Multiusuários do Instituto Agrônomo de Pernambuco. Consolidar uma infraestrutura de laboratórios multiusuários para oferecer apoio, seja na qualidade e na quantidade de atividades de pesquisa e inovação, de capacitação de recursos humanos e de prestação de serviços técnicos especializados ao público interno e externo. A data de término de vigência atual do Convênio é 18 de junho de 2023. Situação do convênio: Em execução.

h) Termo de Parceria Nº 009/2017

Termo de Parceria celebrado com a concedente ANATER, objetivando a execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a agricultores familiares no Estado de Pernambuco, no âmbito do Projeto D. Helder Câmara e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural –ANATER. A data de término de vigência atual do Convênio é 27 de julho de 2021. Situação do Termo de Parceria: Em execução.

20. Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2021	2020
Capital social	25.601.618	25.601.618
Reservas de lucro	23.593.888	23.593.888
Demais Reservas	4.318.452	4.639.649
Lucros e Prejuízos Acumulados	(18.973.190)	(17.877.938)
Prejuízo do Exercício	(2.374.982)	(1.141.216)
Total Patrimônio Líquido	32.165.788	34.816.001

20.1 Capital Social

Composta pelo Capital Integralizado em 31/12/2021, do Capital Social subscrito exclusivamente pelo Governo do Estado de Pernambuco no valor de R\$ 25.601.618.

20.2 Reservas

Reservas de Lucro: composta pela reserva de incentivos fiscais que totalizam R\$ 23.593.888.

Reservas de Reavaliação: saldo referente a reavaliação de bens imóveis, que vem sendo realizada ao longo dos períodos.

20.3 Ajuste de Exercícios Anteriores

Os valores referem-se à retificação de erros de exercícios anteriores, uma vez que foi detectado que foram realizados lançamento indevidos ou em duplicidade nas contas de clientes e contas a pagar. Seguindo orientação a CPC – 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para não distorcer o resultado do período corrente, os valores foram lançados contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, para ser computado junto a conta de lucros/prejuízos acumulados. Não foi realizada provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, uma vez que os valores não reverterem o prejuízo dos períodos em questão.



21. Lucro Bruto

	2021	2020
Receita Venda de Serviços	148.550	215.647
Receita Venda de Produtos	1.018.170	790.016
Receita Bruta	1.166.719	1.005.663
Imposto Incidentes Sobre Vendas	(45.720)	(36.133)
Vendas Canceladas e Descontos	-	(1)
Receita Líquida	1.120.999	969.530
Custo dos Serviços/Produtos	(1.004.194)	(752.447)
Lucro Bruto	116.806	217.083

Receita da Venda de Serviços e Produtos

As Receitas decorrentes da venda de serviços se referem a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos, bem como, estudos e pesquisas.

As receitas da venda de produtos se referem as vendas de produtos agropecuários, vegetais, animais e derivados.

Impostos Incidentes Sobre as Vendas

Os impostos incidentes sobre as vendas são compostos pelo ICMS, ISS, PIS/PASEP e COFINS.

Custo dos Serviços e Produtos

Os custos incorridos no período são os custos relacionados a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos, bem como, estudos e pesquisas, e a venda de produtos agropecuários, vegetais, animais e derivados. Sendo eles: aquisição e gastos dos animais, sementes, produtos agropecuários e agrícolas, tais como: alimentos para animais, bem como materiais de uso veterinário, serviços laboratoriais, materiais farmacológicos, hospitalar e laboratorial, material de acondicionamento, embalagem dos produtos agrícolas, entre outros.

22. Resultado Antes dos Impostos

Transferências Financeiras Recebidas do Governo

As transferências financeiras recebidas referem-se aos ingressos de recursos feitos pelo Governo para custeio das atividades e programas desempenhados pelo Instituto e as provisões de subvenções a receber para executar as atividades do Instituto.

No exercício de 2021, devido ao aumento nos programas de governo executados pelo instituto, bem como o aumento das despesas com pessoal, foi apresentado um aumentado em aproximadamente 16 milhões em transferências financeiras recebidas, se comparado ao exercício de 2020.

Outras Receitas

O saldo evidenciado em outras receitas se refere as receitas incorridas no período que não estão diretamente ligadas às atividades principais do Instituto, sendo elas: realização da reserva de reavaliação, taxas de ocupação em algumas estações experimentais, multas administrativas, doações recebidas não governamentais, entre outras.

Despesa com Pessoal e Encargos



As despesas com Pessoal se referem aos valores pagos em salários e vencimentos, auxílios, indenizações, e outras despesas com pessoal. Os encargos se referem a contribuição Patronal (INSS) e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Despesas com Programas do Governo

As despesas decorrentes dos programas de governo são os gastos com os programas específicos de ações que o Instituto desenvolve no Estado de Pernambuco, tais como: materiais de distribuição gratuita (sementes, produtos agrícolas e outros produtos agrícolas), fretes de transporte de água para os municípios necessitados em caráter de emergência, e outros.

Em 2021 os valores gastos com programas de governo aumentaram, devido as ementas parlamentares executada pelo instituto e pelas doações de sementes.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas registram os valores gastos com energia elétrica, telefonia, material de consumo, expediente, manutenção de bens e instalações, locação de mão-de-obra administrativo, operacional, depreciação, entre outros.

O instituto no exercício de 2021, não apresentou variações significantes neste grupo, conseguindo manter as despesas correntes nos mesmos valores aproximados.

Despesas Tributárias e Contributivas

As despesas Tributárias e Contributivas se referem aos impostos e taxas municipais, estaduais e federais, tais como, taxa de bombeiro, IPTU, Taxa do DETRAN, Seguro DPVAT, CIM, entre outros.

Líquido de Convênios

O Resultado líquido de convênios é composto pelo ingresso de recursos obtidos através dos convênios celebrados junto ao Instituto, deduzidos das despesas de convênios.

Receitas Financeiras/Despesas Financeiras

As receitas financeiras são os rendimentos bancários referentes às aplicações financeiras, as despesas financeiras são os valores referentes aos serviços bancários.

Líquido de Provisão/Reversão de Contingências

Saldo líquido entre as provisões de contingências e suas reversões que ocorrem pelos ajustes realizados decorrentes das atualizações nas causas judiciais e processos cíveis.

23. Prejuízo do Exercício

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	(2.374.982)	(1.141.216)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Lucro/Prejuízo do exercício	(2.374.982)	(1.141.216)






24. Partes relacionadas

O Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA mantém relacionamento com o Governo do Estado, tendo em vista este último exercer influência significativa nas decisões orçamentárias, financeiras e operacionais, além de ter responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.

25. Eventos Subsequentes

A Administração Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2021 até a data da autorização para conclusão das referidas demonstrações em 25 de março de 2022, não tem conhecimento de fatos relevantes que possam afetar as demonstrações contábeis.

26. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

O Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2021 o IPA não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade. A empresa apenas mantém seguros para alguns veículos de sua frota.

27. Informação Complementar

Informações complementares sobre Interesse Público – Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI.

No exercício de 2021 o Instituto apresentou na LOA os principais programas relativos a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, as quais resumimos a seguir:

Programa: 0030 – Apoio às Ações de Conveniência com o Semiárido

Beneficiar a populações residentes na região semiárida que sofrem com os efeitos das estiagens, promovendo a ampliação e melhoria da oferta de água para o consumo humano e animal.

Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 1181 - Ações Assistenciais as Populações Atingidas pelas Estiagens a Cargo do IPA

Minimizar os efeitos da estiagem sobre as populações atingidas pela seca no semiárido pernambucano, através de abastecimento de água por meio de Carros-Pipa. No exercício de 2021 não foi apresentada execução orçamentária para esta ação, apenas pagamento de restos a pagar de exercício anterior no valor total de R\$ 102.806,;. Salientando que a referida atividade foi encerrada no referido exercício de 2018, não sendo mais o Instituto responsável pela prestação de serviço de carro pipa no estado de Pernambuco.

Ação : 4074 - Ampliar o Acesso a Água para Famílias no Meio Rural

Executar obras de infraestrutura hídrica rural, visando apoiar o desenvolvimento rural de Pernambuco, especificamente na Região do Semiárido, através de melhoramento da infraestrutura hídrica rural, perfuração e instalação de poços e construção de açudes de pequeno porte. No exercício de 2021, foi executado R\$ 8.940.687, incluindo emendas parlamentares estaduais nas ações para ampliar o acesso de água para famílias no meio rural.





Programa: 0423 - Apoio ao Desenvolvimento Agrário

Contribuir para redução da pobreza rural com a promoção e a modernização tecnológica da produção rural, em bases sustentáveis, aperfeiçoando a geração e a democratização do conhecimento com a assistência técnica focada na agricultura familiar e ampliar a oferta de água no campo, visando a elevação do nível socioeconômico dos produtores rurais no Estado. Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 2440 - Produção de Bens e Serviços Agropecuários

Produzir, adquirir e ofertar bens e serviços de qualidade, visando o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Estado, através de produção de animais, mudas e sementes; pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para o setor rural; prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural; prestação de serviços laboratoriais. No exercício de 2021, foi executado um montante de R\$2.767.290, de despesas reconhecidas no exercício.

Ação: 2502 - Apoio à Reestruturação da Pecuária de Leite em Pernambuco

Elevar a competitividade dos sistemas de produção por meio de ações de pesquisa e inovação e assistência técnica e extensão rural, com o foco na melhoria da qualidade do leite e de seus derivados, através de apoio à revitalização da palme no semiárido pernambucano; apoio à produção estratégica de forragem; apoio ao manejo sustentável dos rebanhos. No exercício de 2021, foi executado um montante de R\$ 59.136, de despesas reconhecidas no exercício.

Ação: 2503 - Apoio à Produção de Pequenos Animais

Oportunizar ao produtor rural melhoria de sua produção e produtividade na caprinocultura, ovinocultura, apicultura, galinha de capoeira, peixe e camarão objetivando o aumento da renda familiar, competitividade de mercado e inclusão social, através de melhoramento genético do rebanho dos pequenos pecuaristas; apoio à produção estratégica de alimentação volumosa; capacitação de agricultores em sistemas sustentáveis de produção. No exercício de 2021, foi executado um montante de R\$25.480, nesta ação, de despesas reconhecidas no exercício.

Ação: 2505 - Apoio à Produção do Desenvolvimento de Frutas e Hortaliças

Contribuir para o aumento da produtividade e beneficiamento de frutas e hortaliças de maior expressão social e econômica dos agricultores familiares de Pernambuco, através da recuperação da agricultura urbana e periurbana; produção de mudas propagadas in vitro - vitroplantas – biofábrica; apoio ao desenvolvimento e inovação tecnológica para frutas e hortaliças. No exercício de 2021, foi executado o montante R\$ 55.000, de despesas reconhecidas no exercício.

Ação: 2508 - Apoio à Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de Pernambuco priorizando a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, através da disponibilização de suporte técnico à migração para sistemas agroecológicos e para diversificação de culturas; implantação de programa estadual de agroecologia e produção orgânica; elaboração de projetos qualificadores e estruturadores de conservação ambiental. No exercício de 2021, não foi executado valores nesta ação, por falta de liberação financeira pela SEFAZ/PE.

Programa: 1022 - Inclusão Produtiva do Homem do Campo

Fortalecer a agricultura familiar, através da melhoria das condições da produção agrícola dos agricultores familiares, com vistas ao aumento da renda e a melhoria das condições de segurança alimentar. Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 2506 - Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania





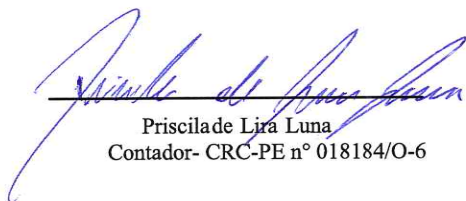
INSTITUTO AGRONÔMICO
DE PERNAMBUCO

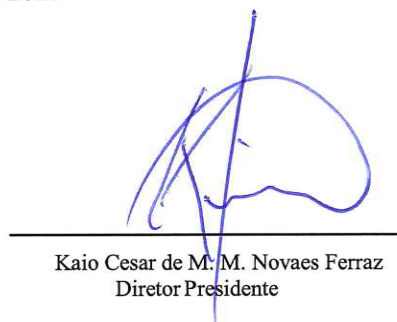
Incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, principalmente, mulheres e jovens na perspectiva de proporcionar a profissionalização e fomentar o empreendedorismo rural. Esta ação, constituída por um conjunto de atividades, deverá contribuir para a inserção produtiva e social de agricultores familiares, com a geração de renda e emprego, capazes de impactar positivamente na avaliação de resultado, por meio da produtividade, através da definição e implantação de projetos focados na participação das mulheres e jovens; programa federal de aquisição de alimentos da agricultura familiar – PAA; programa estadual de aquisição de alimentos - PAA estadual. No exercício de 2021, foi executado o valor de R\$ 367.000, incluindo emendas parlamentares estaduais.

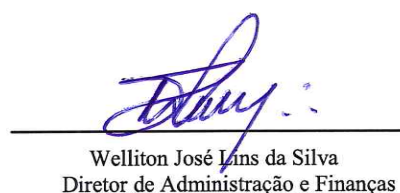
Ação: 3258 - Fortalecimento da Agricultura Familiar

Fortalecer a agricultura familiar, através da melhoria das condições da produção agrícola dos agricultores familiares, com vistas ao aumento da renda e a melhoria das condições de segurança alimentar, através da aquisição e distribuição de sementes; terra pronta - preparo do solo; apoio à produção de alimentos básicos. No exercício de 2021, foi executado o montante de R\$ 8.277.089, incluindo emendas parlamentares estaduais.

Recife 31 de dezembro de 2021


Priscilade Lira Luna
Contador- CRC-PE nº 018184/O-6


Kaio Cesar de M. M. Novaes Ferraz
Diretor Presidente


Welliton José Lins da Silva
Diretor de Administração e Finanças

